

MEIO AMBIENTE

Ecologistas condenam Planalto por ignorar programa do PT para área ambiental e por tomar decisões contrárias às teses do partido, como a importação de pneus usados e a liberação da soja transgênica

ONGs se distanciam do governo

DENISE ROTHENBURG E RUDOLFO LAGO
 DA EQUIPE DO CORREIO

A polêmica sobre as viagens ministeriais, as verbas da saúde e o projeto do desarmamento terminaram por deixar em segundo plano uma bomba-relógio armada contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pode afetar até mesmo a política externa brasileira. São os ambientalistas que ajudaram a formular o programa petista de governo. Eles estão a ponto de explodir. Consideram que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tem perdido quase todas as batalhas para a área econômica e se mostram cansados. A própria Marina, ao ser homenageada dias atrás na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), saiu-se com uma frase para lembrar a ministros da estatura de José Dirceu, da Casa Civil, que não pretende ser apenas uma peça decorativa no governo: "Não sou ministra da jardinagem".

O jantar colocou Marina e Dirceu frente a frente. Eles conversaram sobre suas diferenças, mas nada serviu para acalmar os ambientalistas — um setor sempre aliado do PT que se mostra cada vez mais desencantado com o governo do partido. Eles criticam a falta de uma política para resolver, por exemplo, a crise de abastecimento de água em São Paulo. Também não perdoam a liberação da soja transgênica, a defesa da retomada da produção de urânio enriquecido para centrais nucleares, a importação de pneus usados, a redução de áreas indígenas e a ausência de política específicas para a Mata Atlântica.

"O governo tem uma pauta de prioridades que é dada por um

segmento da economia em contraposição às entidades ambientalistas. Cede a pressões desse segmento em detrimento do programa de governo", acusa a coordenadora de políticas públicas do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos. "Para construir uma política ambiental é preciso ter mais cuidado com as decisões de governo e até mesmo com o que se diz. O presidente já chegou a dizer que a Amazônia não tinha energia por culpa dos ambientalistas. O governo faz questão de afagar o ego dos desenvolvimentistas menosprezando a questão ambiental."

Carta a Lula

Adriana trabalhou na elaboração do programa de governo para o meio ambiente. Agora, espera que o governo execute o que deu tanto trabalho para redigir. E faz uma ressalva: ninguém tem nada contra a ministra. Querem é que ela tenha mais voz na hora das decisões governamentais. "Temos a melhor ministra que o Brasil podia ter. Esperamos que o governo aproveite o tempo e o capital político que ainda têm para executar esse programa", diz. Foi esse o espírito da carta enviada na segunda-feira ao presidente Lula, um documento que já conta com a adesão de mais de 500 entidades ambientalistas no Brasil, no qual as ONGs ameaçam fazer barulho, se o governo não cumprir o programa ambiental.

"O governo não está avaliando corretamente a dimensão do desgaste que já afeta Vossa Excelência, e que ainda poderá agravar-se, em curtíssimo prazo, caso os processos decisórios em curso sigam desprezando as variáveis socioambientais, podendo até mesmo contaminar as lúcidas e cora-

Antonio Alberghini/A Tarde 8.2.01



MATA ATLÂNTICA: CONSERVACIONISTAS ACUSAM GOVERNO DE NÃO PRESSIONAR O CONGRESSO PARA APROVAR PROJETO DE CONTROLE E PRESERVAÇÃO DA ÁREA

AMBIENTALISTAS X PLANALTO

Energia nuclear

Os ambientalistas reclamam que o governo toma decisões baseado em questões econômicas focadas apenas no crescimento, sem levar em conta o meio ambiente. É o caso da defesa feita pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em relação à produção de urânio enriquecido. Ele argumenta que o Brasil poderia exportar o produto e construir a usina nuclear Angra 3

Pneu usado

Os defensores da preservação ambiental também trabalham para tentar proibir a importação de pneus usados, liberada no primeiro semestre pelo governo Lula

Biossegurança

Os conservacionistas querem que o Ibama seja a única instituição no país a poder conceder o licenciamento ambiental para projetos agrícolas em áreas consideradas sensíveis. Também defendem que o Ministério do Meio Ambiente tenha maior peso nas decisões relacionadas à liberação de produtos transgênicos. Eles pregam o princípio da precaução, com a realização de estudos de impacto ambiental antes de permitir pesquisas para produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados. Opõem-se, assim, a expressivos parcelas do agronegócio, a quem atribuem a pressão pela liberação do plantio e da comercialização da soja

transgênica, independentemente da análise de seus efeitos ambientais e econômicos

Mata Atlântica

Os ambientalistas insistem na aprovação do projeto que tramita desde 1992 no Congresso para regulamentar o uso e a preservação da Mata Atlântica

Áreas indígenas

As organizações não-governamentais de defesa ambiental querem manter as reservas indígenas sem redução de áreas, como ocorreu recentemente no Pará

Centros urbanos

Os conservacionistas reclamam da ausência de uma política voltada ao meio ambiente dos centros urbanos

josas diretrizes estabelecidas para a política externa", diz o texto. Eles pedem o fortalecimento do meio ambiente. "Há uma crise ambiental grande. Vários temas que pensávamos resolvidos definitivamente, voltaram", diz Miriam Prochnow, coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica. Ela cita como exemplo a liberação da importação de pneus usados e a perspectiva de o Brasil voltar a produzir urânio enriquecido, conforme projeto em estudo no Ministério da Ciência e Tecnologia. Adriana acrescenta

ainda a redução 317 mil hectares na terra indígena Baú, em Altamira, no sul do Pará, e ainda um incidente no Mato Grosso, onde a diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente, Raimunda Nonata, foi mantida em "cárcere privado" em Guarantã do Norte por fazendeiros contrários à criação de unidades de conservação ambiental no município.

A rede de ONGs da Mata Atlântica, por exemplo, não perdoa o fato do governo Luiz Inácio Lula da Silva ainda não ter investido pesado junto ao Congresso para

aprovar o projeto que regula o uso, a recomposição e a preservação da Mata Atlântica. A proposta está há 11 anos no Legislativo. Foi tratada como uma prioridade na campanha eleitoral. "Fomos pedir apoio ao ministro José Dirceu, mas ele nem nos recebeu. Fomos atendidos por um assessor", revela Miriam. Até os peixes, que antes integravam a lista de animais em extinção, agora não estão mais na listagem. Se continuar assim, Lula verá mais uma turba de insatisfeitos fazendo coro pelo mundo afora.

Em busca do apoio perdido

O governo espera desarmar a bomba-relógio que virou o setor ambiental na semana que vem, com a divulgação, no Palácio do Planalto, do projeto de lei que fixa a Política Nacional de Biossegurança. Um dos pontos defendidos pelo setor e acolhido pelo governo é que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) não tenha o poder de dar a palavra final sobre a liberação de produtos modificados geneticamente, os transgênicos. Essa tarefa, no entanto, ficará a cargo da Câmara Nacional de Biossegurança, composta por 11 ministros de estado, a ser coordenada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que não conta com a simpatia dos ambientalistas.

Os verdes também defendem que o Instituto Nacional de Meio Ambiente (Ibama) seja o único órgão apto a realizar os estudos de impacto ambiental, antes da liberação de um produto transgênico. Pedem ainda que um produto só seja liberado depois de tiradas todas as dúvidas sobre riscos à saúde humana, animal ou ao meio ambiente. O governo diz já ter incluído essa proposta no texto a ser enviado ao Congresso, assim como multas de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão e prisão de até 20 anos para os responsáveis por produtos transgênicos que vierem a provocar a morte de alguém. O projeto prevê penas variadas de prisão em casos de partos prematuros, abortos, doença incurável e invalidez decorrente do uso de transgênicos.

A proposta foi discutida na última quarta-feira, em reunião no Palácio do Planalto, e o texto final deve sair depois do feriado. A intenção do governo é aproveitar a divulgação da proposta para fazer um afago nos ambientalistas. No Palácio, há quem diga que os ambientalistas não podem ter o mesmo destino de alguns setores do funcionalismo público, que, insatisfeitos com a reforma previdenciária, distanciaram-se do PT. A avaliação do Ministério do Meio Ambiente é de que as críticas pela falta de uma política ambiental vão diminuir com a Comissão Consultiva Nacional de Biossegurança, que abrigará especialistas em meio ambiente, saúde, engenharia genética e direitos do consumidor. (DR)